



Produção Sustentável, Palavra de Ordem para Rações e Alimentos

Pela segunda vez consecutiva foi realizado no Brasil o Congresso Global Feed & Food¹ no período de 16 a 18 de abril de 2007 patrocinado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Federação Internacional da Indústria de Ração (IFIF) e que teve o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES) como organizador local. O primeiro ocorreu em 2005, também na cidade de São Paulo.

O tema central do evento internacional foi **Sustentabilidade**, palavra-chave hoje empregada (até) exaustivamente em todos os ramos de atividade. No caso específico de ração-alimento ela é empregada no sentido de prover a população mundial com alimentos em quantidade condizente com as exigências nutricionais diárias e em níveis satisfatórios de qualidade, obedecidos certos padrões de fabricação e preservação do meio ambiente. No fundo significa “ração sadia para um alimento sadio”, ao se considerar que a ração é um componente essencial entre a cadeia produtiva animal e o consumidor humano.

Representantes de várias entidades públicas e privadas, internacionais e do Brasil apresentaram e discutiram temas referentes à fabricação de rações para animais, bem como de empresas globalizadas de alimentos quanto à sua ação de mercados, e das certificadoras que crescem em ritmo acelerado por conta das exigências que vêm se intensificando cada vez mais em todos os cantos do mundo.

Na abertura do evento foram apresentadas as prioridades da FAO, com destaque para as políticas de segurança alimentar e de combate à fome; questões sanitárias, como aftosa, gripe aviária, tuberculose, etc.; e ainda bioenergia, preservação de recursos genéticos e, sobretudo, preocupação com o meio ambiente.

Como temas a serem enfrentados de imediato foram destacados: necessidade de maior produção de alimentos, futuro da pequena produção e dilema energia *versus* alimento.

A sustentabilidade no evento foi discutida sob as óticas de: segurança alimentar; saúde; meio ambiente; responsabilidade social; e bem-estar animal, tendo em vista angariar a

confiança do consumidor e, com isso, ampliar as oportunidades de mercado.

Foi destacada a utilização do Codex Alimentarius da FAO também para rações animais visando à harmonização global com os alimentos. Para tanto foi elaborado um Manual para orientar os segmentos produtores de alimentos em geral - animais e humanos a fim de oferecer segurança aos consumidores em qualquer parte do mundo. Esse procedimento também tem como objetivo nivelar os países em termos de padrões de segurança, dadas a disparidade e a heterogeneidade existentes, embora sem a pretensão de ser exclusivamente correto, a ponto de invalidar costumes locais e ainda restringir o uso de novas tecnologias que surgem periodicamente.

Quanto ao mercado, por exemplo, o avanço da utilização da proteína animal na dieta da população da União Européia (EU-27) tem dado grande reconhecimento à indústria de ração naquele Bloco econômico que, com uma oferta de 143,0 milhões de toneladas, só fica atrás dos Estados Unidos que produziram 151,7 milhões de toneladas em 2006. Existem quatro mil unidades de produção com um faturamento de 35 milhões de euros e geração de 100 mil empregos. Devido à grande preocupação com a contaminação ambiental por conta do funcionamento dessas plantas industriais, foram estabelecidos rígidos padrões de controle por parte dos organismos oficiais e privados.

Em um dos painéis foi levantada a incerteza quanto à futura disponibilidade de alimentos, sobretudo proteína de origem animal, tendo em vista o (ainda) pequeno consumo de carnes na África, Ásia e América Latina e o acelerado crescimento dos centros urbanos. Nesse sentido, devido à corrida desenfreada por terras para plantio de matérias-primas de etanol, milho e cana-de-açúcar, em especial, a pecuária será obrigada a ser mais eficiente e com maior número de rebanhos criados em regime de confinamento. A tendência esperada é a de que os exportadores de *commodities* agrícolas passem a enfrentar uma série de barreiras segregacionistas por parte dos compradores, como: tarifas elevadas, salvaguardas, cotas, restrições sanitárias, selos, embalagens, entre outras.

Nesse caso passam a ter importância capital a rastreabilidade e os critérios sociais, ambientais e geográficos e de bem-estar animal, por exemplo. Lembrando sempre que hoje a produção é orientada pela demanda (*demand driven*) que exige cada vez mais “produtos amigáveis”. Também os transgênicos ainda não têm aceitação universal, embora nada convincente condene de fato esta tecnologia. Muito esforço ainda terá de ser feito para o aumento de sua aprovação, embora se espere que os produtos convencionais continuem com relativa parcela de preferência, sobretudo nas regiões de elevada renda.

A certificação de produtos e serviços é uma alternativa para comprovar atributos e reafirmar a segurança quanto ao consumo. No caso da segurança de matérias-primas, pode ser citado o caso de certificação de café no Brasil e que tem grande aceitação, mesmo sendo pequeno em representatividade face ao elevado contingente de produtores. Foi destacada a necessidade de avaliações curtas, mas objetivas nos processos de certificação, práticas que podem ser expandidas para nichos de mercados de *commodities*. O número de certificadoras, em geral, vem aumentando significativamente, tanto para as que cobrem apenas o mercado nacional, como para aquelas de abrangência mundial.

A política sanitária hoje vigente se refere desde a possibilidade de contaminação de insumos por resíduos, passando pelo controle de Boas Práticas de Fabricação (BPA) no processo produtivo e pelo Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (HACCP em inglês) no processamento para que possa atender a contento as exigências do consumidor. Esta aplicação é muito importante, e tem sido utilizada em vários países desenvolvidos que se constituem em grandes importadores de alimentos. Um exemplo de exigência do setor privado é o Eurepgap - Protocolo de Boas Práticas Agrícolas da Associação Européia de Supermercados e Varejista. Todo esse quadro atual de exigências deve-se a uma série de acontecimentos passados e alguns até relativamente recentes, tais como: a crise da vaca louca (BSE), da contaminação por dioxina de farelo de polpa cítrica usada na ração animal; da presença de hormônios em carnes; da incidência da gripe aviária em vários países, e que devem servir de alerta para os produtores de insumos e de alimentos de todo o mundo.

Um fato positivo divulgado no evento foi o reconhecimento pelo Eurepgap, responsável pela certificação de fazendas produtores de várias atividades, tais como: frutas, café, suínos, entre outros, do protocolo correspondente do SINDIRAÇÕES, que passa a ser o único do mundo a conquistar esta chancela no segmento de alimentos para animais².

Países com *status* de exportadores de insumos, produtos agrícolas e alimentos industrializados devem ficar atentos à evolução das exigências internacionais para a continuidade dos seus negócios. Na realidade essas exigências devem ser encaradas como obrigações e não como barreiras, se de fato o objetivo de toda a cadeia de produção é a busca de alimento seguro.

No caso do Brasil, em especial, tem sido rotina críticas por problemas de qualidade, fruto da sua posição no *ranking* dos grandes exportadores agrícolas, sobretudo de proteína animal, componente dos mais importantes da dieta alimentar dos países ricos.

¹GLOBAL FEED&FOOD II CONGRESS BRAZIL 2007. Disponível em: <<http://www.globalfeed-food.com.br>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

²SINDIRAÇÕES - Informativo Digital. **Fast Feed News**, n. 23, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.sindiracoes.org.br/produtos_servicos>. Acesso em: 25 abr. 2007.

Palavras-chave: sustentabilidade, rações, alimentos.

Sebastião Nogueira Junior
(senior@iea.sp.gov.br)

Publicado em: 25/05/07